

RESUMOS

XI MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**(DIREITOS HUMANOS, DESENVOLVIMENTO E
GESTÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEA)**

21, 22, 23, 24 e 25 de novembro de 2016

COORDENADORES E ORGANIZADORES:

Professora Mestra Gloriete Marques Alves Hilário

Coordenadora de TCC e Iniciação Científica – Curso de Administração

Professor Mestre Márcio Roberto da Costa Barbosa

Coordenador de TCC e Iniciação Científica – Curso de Direito

SUMÁRIO

METODOLOGIA	4
O respeito mantém a igualdade	5
IMPEACHMENT	6
SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO: ATUALIDADE E FUTURO	7
AS DIFICULDADES FINANCEIRAS ENCONTRADAS PELAS PESSOAS DA TERCEIRA IDADE	8
METODOLOGIA	9
O FEDERALISMO NA ATUAL CONJECTURA DO MUNDO COM ÊNFASE AO CASO DO BRASIL	10
A REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA E DUALISTA POR TRÁS DA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE GOIÁS – CANG	11
ESTRUTURA DE UM TRABALHO DE PESQUISA CIÊNTIFICA	13
REGIME MILITAR	14
Ativismo Judicial: Teoria Tripartite	15
CORRUPÇÃO, UMA POLÍTICA INTOLERÁVEL?	16
O DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS FRENTE AO PROBLEMA DA FOME NO MUNDO	17
PEC 241: NECESSIDADE OU TENTATIVA DESESPERADA DO GOVERNO EM CONTORNAR A SITUAÇÃO DE UM PAÍS EM PROFUNDA CRISE ECONÔMICA?	18
COMBATE À CORRUPÇÃO NAS FORMAS DE GOVERNO	19
REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO E SEU DESENVOLVIMENTO	20
O LEGADO DA DITADURA MILITAR-CIVIL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	21
LEITURA E ARGUMENTAÇÃO	22
LEITURA E FIXAÇÃO DE TEXTOS	23
DEMOCRACIA ANTIGA E DEMOCRACIA MODERNA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA	24
O FEDERALISMO NA ATUAL CONJECTURA DO MUNDO COM ÊNFASE AO CASO DO BRASIL	25
O movimento LGBT (lésbicas, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSGÊNEROS) E A REPERCUSSÃO NO ÂMBITO JURÍDICO	26

METODOLOGIA

Arlindo Henrique dos Reis Silva¹
Fernanda Gonzaga de Oliveira Arriel
João Victor M. Araújo
Maycon Douglas de Oliveira

RESUMO

Um conceito de ciência, a identifica com um conjunto de procedimentos que permite a distinção entre aparência e essência dos fenômenos perceptíveis pela inteligência humana. A ciência se diferencia das muitas formas de conhecimento humano por seu método, entre eles é aceitar que nada é eternamente verdadeiro. A ciência um campo de conhecimento com técnicas especializadas de verificação, interpretação e interferência da realidade. A ciência compreende a teoria, a análise e a política. A teoria é o conjunto de princípios de uma ciência. Análise ocupa-se da aplicação da teoria. A política ocupa-se da transição entre o que é para o como deve ser. Inicialmente a ciência divide-se em dois segmentos: As ciências lógicas que compreendem a lógica e a matemática. Ciências empíricas subdividem-se em naturais e sociais. A primeira questão que se coloca no estudo Metodologia e se ela vale tanto para as ciências naturais e exatas, como para as ciências humanas. As posições vão daquelas que consideram que o método científico vale para qualquer objeto aos que defendem posições extremamente opostas. A posição intermediária ensina que há conclusões sobre os objetos naturais que valem igualmente para os objetos humanos. As ciências humanas não podem ser vistas com um bloco indivisível. Dentro delas destacam-se as ciências sociais. A Metodologia é fundamental para a formação científica do ser humano, e através dela podemos amadurecer a nossa personalidade científica, aquilo que desejamos ser, sua característica é fundamental na captação da realidade por meio do Mito, mas agora na Modernidade essa visão de realidade por meio de mito, não existe mais, um exemplo são os índios: suas explicações da realidade não lhe parecem Míticas.

Palavras-chave: Ciência; Metodologia; Modernidade.

REFERÊNCIA

HENRIQUES, Antônio. **Monografia no curso de Direito**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

¹ Graduandos do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER). Pesquisa orientada pelos professores: Gloriete Marques Alves Hilário e Márcio Roberto da Costa Barbosa.

O respeito mantém a igualdade

Rennata Cordeiro Barcelos²

O surgimento do Estado se dá a partir do momento em que é necessário manter uma ordem, uma organização, o bem-estar social, tendo em vista que “O Homem é um animal político” como dispõe Aristóteles. A sociedade vai se diferenciando por si só, cada indivíduo através da sua formação vai se transformando e se diferenciando, e assim se adaptando em determinados grupos sociais, pode-se trazer a temática de tamanha relevância durante todos os períodos vivenciados na história até em nossa atualidade que o respeito à liberdade de crença. O ser humano busca uma religião a qual mais se identifica. Como afirmado por Aristóteles cada indivíduo se difere do outro. Entende-se que assim ocorre a formação de grupos, devido o maior grau de compatibilidade. Ocorreu no dia 07 de Junho de 2015 na cidade de São Paulo a 19ª Parada do Orgulho LGBT, popularmente “Parada Gay” um movimento que gerou grande discussão se realmente foi ferido princípios Constitucionais, pois determina em defesa de lei a liberdade de expressão dos LGBT mostrando a sua indignação diante de tantas formas agressivas das quais já sofreram, das quais pesquisas apontam um nível elevado de mortes; e por outra ótica a liberdade de crença onde se pode escolher e ter respeitada a sua fé. Será que realmente se compreende o que é o respeito e sua qualificação para se manter uma ordem social? Deve-se dar o verdadeiro valor ao respeito, pois a nossa lei tem a visão que “todos somos igual perante a lei”, o que deveria ser aos olhos de todos os seres humanos, mas infelizmente em nosso meio, e em nossa atualidade é gritante e negativa a visão deste debate.

Palavras-chave: Aristóteles; Desrespeito; Estado; Igualdade; Respeito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 nov. 2016.

ARISTÓTELES. A Política. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_aristoteles_a_politica.pdf>. Acesso 10 nov. 2016.

² Graduanda do 4º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER). E-mail: <rennata_cordeiro_barcelos@hotmail.com>. Pesquisa orientada pela professora Gloriete Marques Alves Hilário.

IMPEACHMENT

Adrielle Rodrigues Ávila³
Alessandra Rodrigues da Silva
Juliana Leila de Oliveira Santana
Priscilla Gabrielly Marçal Leal
Sara Taís Meireles Silva

RESUMO

De acordo com a Constituição Federal em seus artigos 51,52 e 85 onde discorrem sobre a instauração de processos contra Presidente, Vice Presidente da República e os Ministros de Estado, podemos então dizer, que há algum tempo o Brasil vem presenciando um esquema de corrupção envolvendo políticos, empresas estatais e agentes privados praticando crimes políticos e de improbidade administrativa. O que acaba sustentando e justificando a aplicação do instituto jurídico do impeachment. O Impeachment sofrido no ano de 2016 começou através de uma ação revolucionária comprada pelos soberanos, e desenvolvida de maneira bastante objetiva, onde o país pode vivenciar pela segunda vez na história tal processo. É mister relatarmos que o Impeachment é conduzido pelo Congresso Nacional, ou seja, o próprio Poder Legislativo desempenha o papel de acusador (função atípica), e para que o Impeachment se efetive é necessário que toda a comissão responsável certifique-se de que as atitudes então tomadas pelo Presidente da República tenham caráter de crime de responsabilidade, logo estas atitudes equivocadas sofrerão uma ruptura; devido as mesmas ferirem os princípios legais da nossa Carta Magna, estes crimes de responsabilidade trazendo em claras palavras, são infrações cometidas por agentes públicos, estendendo assim, como práticas políticas e\ou funcionais, as quais serão solucionadas de forma minuciosa e coesa, tendo como resultado a garantia de ordem e progresso ao país. O Impeachment, é um remédio constitucional aplicado às deficiências do governo e por isso devemos estar atentos às razões que levaram ao afastamento deste gestor e observarmos a importância dos debates em torno da forma e do sistema de governo e quais serão os projetos para a solução de atuais problemas, atendendo as necessidades da economia e do povo.

Palavras-chave: Constituição; Impeachment; Povo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1998.

DIREITO, Carlos Alberto Menezes. **A Disciplina Jurídica do Impeachment**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br//dspace/handle/2011/9109>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

TOLOMEI, Fernando Soares. **Do Julgamento do Presidente da República por Crimes de Responsabilidade**. Presidente Prudente, 2010. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewArticle/2687>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

³ Graduandas do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER). Pesquisa orientada pelos professores: Gloriete Marques Alves Hilário e Márcio Roberto da Costa Barbosa.

SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO: ATUALIDADE E FUTURO

Gabriele Becker de Faria⁴
Kéllita de Oliveira Fraga
Marcos Vinicius Rodrigues Pereira
Vanessa Lourenço de Souza

RESUMO

Um sistema eleitoral é um conjunto de regras para eleger um representante. No Brasil existem dois tipos de sistema usado, **o sistema majoritário e o sistema proporcional**. No âmbito do sistema majoritário é definido basicamente em que o eleito é aquela pessoa que possui maior número de votos, no entanto existe uma subdivisão acerca do mesmo em relação à constituição, é o mesmo sistema majoritário, porém com duas subdivisões: sistema majoritário absoluto e sistema majoritário simples. No Sistema absoluto pressupõe a aplicação da maioria dos votos (Ex: de 100 votos válidos, o candidato para ser eleito deve ter 51% dos votos, ou seja, aplica-se a regra 50+1). No sistema majoritário simples aplica-se que está na frente em relação aos votos, não importa a porcentagem, mas sim a quantidade de votos (Ex. 3 candidatos estão na disputa pela prefeitura de sua cidade, são 100 votos válidos, o primeiro candidato teve 40 votos, o segundo 35 e o terceiro 25, então conclui-se que o candidato eleito vai ser o candidato que obteve 40 votos, ele vai ser eleito pelo sistema majoritário simples). Presidente e governador sempre será eleito pelo sistema majoritário absoluto, o que pressupõe (50% + 1 dos votos válidos). Para os prefeitos dependem do número de eleitores, até 200 mil eleitores será o sistema majoritário simples, e nos municípios com mais de 200 mil eleitores é aplicado o sistema majoritário absoluto. **Sistema proporcional:** é um sistema binário, é um sistema que é responsável pela eleição no âmbito brasileiro pelos deputados federais e estaduais, distritais, e os vereadores, o sistema elege todos os membros do poder legislativo, tem como objetivo é garantir a representação de minorias. Suponhamos que exista uma eleição eleitoral, e que o número desse consciente seja 100, isso quer dizer que qualquer partido a cada 100 votos vai ter direito à uma vaga, então supondo que o consciente eleitoral seja 100 e o partido tenha 100 votos, o partido não terá nenhuma vaga porque não atingiu o número mínimo de votos, já se o consciente eleitoral for 100 e o partido obteve 120 votos ele terá uma vaga. Vejamos que a um grande discussão levantada referente a uma possível reforma no nosso sistema eleitoral, que é a implantação do **Voto distrital**, mas o que seria esse novo método? Seria a divisão territorial para fins eleitorais, e quais seriam as vantagens e desvantagens: segundo os que defendem essa tese, esse novo sistema vem para aproximar as duas partes (população e representantes), leva também a dissolução das intuições partidárias, sendo está uma forma perfeita para bom funcionamento do sistema, por outro lado a quem não aprova esse sistema, e diz que os parlamentares eleitos pelo mesmo, restringiria olhar para apenas uma pequena parte da sociedade, deixando de lado talvez, alguns assuntos de extrema relevância nos parâmetros regionais e nacionais. Porém para que haja uma mudança no nosso sistema eleitoral, é necessário que a mesma parta da própria população, tento maturidade ao lidar com uma reforma política.

Palavras-chave: Eleitoral; Reforma; Voto.

REFERÊNCIAS

Voto Distrital. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-1-ano-5/por-que-a-urna-eletronica-e-segura>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

⁴ Graduandos do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER). Pesquisa orientada pelos professores: Gloriete Marques Alves Hilário e Márcio Roberto da Costa Barbosa.

AS DIFICULDADES FINANCEIRAS ENCONTRADAS PELAS PESSOAS DA TERCEIRA IDADE

Ana Paula Faitta⁵
Glauber Francisco Rodrigues
Moacir Jose de Oliveira Junior
Ronizete de Souza Morais
Thiago Brandão Oliveira

RESUMO

Pretende-se neste resumo, abordar aspectos teóricos que norteiam sobre as dificuldades encontradas pelas pessoas da terceira idade. Segundo pesquisa feita recentemente a idade que determina a velhice é 65 anos, quando se encerra a fase economicamente ativa da pessoa e começa a aposentadoria, entretanto, a Organização Mundial de Saúde através de estudo e levantamento estatístico mundial, elevou essa idade para 75 anos devido ao aumento progressivo da longevidade e da expectativa de vida. A velhice é um processo pessoal e natural que indiscutivelmente é inevitável para qualquer ser humano na evolução da vida e é nessa fase que o idoso fica mais vulnerável, passando por problemas como: mobilidade reduzida e algumas doenças causadas pelo avanço da idade que afetam diretamente a qualidade de vida dessas pessoas. Usamos de conhecimentos adquiridos para formulação de perguntas abordando de maneira qualitativa pessoas idosas acima de 65 anos de idade, no município de Nova América/GO. O trabalho tem como referência a descrição dos motivos que levam as pessoas humanas a terem uma vida complicada na última fase de vida, em específico no município de Nova América/GO, portanto, o tema foi analisado de acordo com os métodos apresentados com pesquisas bibliográficas, sobre contexto geral, e levantamento de dados junto à população que temos como referência no trabalho.

Palavras-chave: aposentadoria; planejamento; qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

AREOSA, Silvia Virginia Coutinho; AREOSA, Antônio Luiz. Envelhecimento e dependência: desafios a serem enfrentados. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre. p. 138-150. jan/jun. 2008. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/foss/article/download>. Acesso em: 25 ago. 2016.

BRASIL. Lei nº10.741 de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providencias. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 01 out. 2003. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: ago. 2016.

GONÇALVES, Ana Laura Lima *et al.* Quais dificuldades as pessoas na terceira idade encontram para se manterem atuantes no mercado de trabalho? In: Anais da Mostra Científica do Cesuca. Acesso em: 31 ago. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Perfil Idoso**. Responsáveis pelos Domicílios no Brasil, 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 31 ago. 2016.

SOUSA, Yanna Gomes de; MEDEIROS, Paulo César de; MEDEIROS, Soraya Maria de. Endividamento financeiro na terceira idade. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIX, n. 146, mar. 2016. Disponível em: <http://www.ambito_juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura_&artigo_id=16966>. Acesso em: 31 ago. 2016.

⁵ Graduandos do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER). Pesquisa orientada pelos professores: Gloriete Marques Alves Hilário e Márcio Roberto da Costa Barbosa.

METODOLOGIA

Brenda Roberta Candida de Souza⁶
Geovana Natália de Souza Ramos
Isabella Carrijo Campos Modesto de Souza
Kailla Kaiury Rocha

RESUMO

Um primeiro conceito da ciência diz que ela se identifica com um objetivo de procedimentos que permite a distinção entre aparência e essência dos fenômenos perceptíveis pela inteligência humana. O objetivo da ciência é compreender, explicar, prever e se possível, controlar os fenômenos da realidade empírica. A pesquisa científica objetiva fundamentalmente contribui para a evolução do conhecimento humano em todos os setores, da ciência pura, ou aplicada; da matemática ou da agricultura da tecnologia ou literatura. Ideologia é o modo de justificar posições políticas, interesses sociais, privilégios. É mais um fenômeno de conteúdo político de argumentação. O método científico consiste em procedimentos nos quais a ciência apoia a aceitação ou rejeição de seu corpo de conhecimentos, como: hipóteses, leis e teorias. As ciências sociais são científicas e prevalecem métodos científicos, mas não o serão se nelas predominar a intenção ideologia ou mera alusão à postura ilusória de isenção ideológica. O método científico é a lógica utilizada para avaliar ou justificar um conhecimento. Define-se pesquisa como: atividade científica por meio da qual se descobre a realidade. O pesquisador deve sempre estar atento para responder a sua pergunta fundamental: o que é realidade? E ter consciência de que a realidade aparente é enganosa e porque não se denomina a realidade, a pesquisa é sempre necessária. A definição mais comum de metodologia inclui prática de estudo da realidade que consiste em dirigir o espírito na investigação da verdade. A metodologia é fundamental para a formação do cientista. É ela que lhe permite amadurecer como personalidade científica. A ciência é outra forma de explicação da realidade, ela tende a substituir as anteriores. A ciência constitui, portanto, um processo de desmitologização e de desaceleração do mundo, em favor da racionalidade natural.

Palavras-chave: Ciência; Metodologia; Pesquisa.

REFERÊNCIAS

MEDEIROS, João Bosco; Henrique, Antônio. **Monografia no Curso de Direito**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

⁶ Graduandas do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER). Pesquisa orientada pelos professores: Gloriete Marques Alves Hilário e Márcio Roberto da Costa Barbosa.

O FEDERALISMO NA ATUAL CONJECTURA DO MUNDO COM ÊNFASE AO CASO DO BRASIL

Luis Fernando dePaula⁷
Matheus Matias de Oliveira
Raimundo Holanda de Almeida
Vitor Ordones Fernandes
Vitorugo da Silva Faria

RESUMO

A federação é uma forma de estado composto na qual unidades políticas se unem para a formação de um único estado. Essas unidades federativas abrem mão de sua soberania, mas em troca mantêm uma considerável autonomia que não teriam em um Estado Unitário, por mais descentralizado que esse fosse. Essa união é estabelecida através de uma constituição. O exemplo mais clássico do êxito desse tipo de união são os Estados Unidos da América. Contudo há os que entendem que o federalismo no mundo de hoje está com os seus dias contados. O presente estudo tentará compreender quais os rumos do federalismo na atual conjectura mundial e quais serão as novas características que este assumirá para se adaptar as novas realidades. Através da revisão bibliográfica de obras referentes ao assunto serão adquiridas informações para o delineamento do trabalho, sendo esta uma pesquisa qualitativa, constituída como descritiva em relação ao ponto de vista de seus objetivos. O que fica claro é que o que está em crise não é o federalismo em si, mas uma forma deste. O mundo de hoje não é igual ao daquele que havia quando o federalismo americano foi criado, e o mesmo se pode dizer em relação ao Brasil. O federalismo teve que mudar para se adaptar a esse novo mundo. Em relação ao nosso país isso fica ainda mais evidente. A Constituição de 1988 trouxe novas concepções ao nosso federalismo. Ainda que o sistema se manteve consideravelmente centralizado, revolucionou ao elevar o município ao status de ente federativo. Também valoriza o conceito de região, fazendo menção a esta em vários artigos e até reservando-lhe uma seção própria. Tudo isso deixa claro que o federalismo ainda terá longa vida nesse século.

Palavras-chave: Conjectura; Federalismo; Município; Região.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 04 nov. 2016.

SANTIN, Janaína Rigo; FLORES, Deborah Hartmann. A evolução histórica do município no federalismo brasileiro, o poder local e o estatuto da cidade. **Justiça do Direito**, Passo Fundo, n.1, v.20, p.56-69, 2006.

⁷ Graduandos do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER). Pesquisa orientada pelos professores: Gloriete Marques Alves Hilário e Márcio Roberto da Costa Barbosa.

A REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA E DUALISTA POR TRÁS DA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE GOIÁS – CANG

Isac Ferreira⁸
Paulo Almeida de Oliveira Júnior⁹
Márcio Roberto da Costa Barbosa¹⁰

RESUMO

O período Vargas, especialmente a fase do Estado Novo, é tida pela historiografia mais tradicional como importante marco no processo de construção de um ‘novo Brasil’, urbano-industrial, em oposição ao ‘antigo Brasil’, agrário-exportador. Fruto de um regime político denominado autoritarismo, a história sociocultural brasileira, construída pelos governantes, foi marcada com a chegada de regimes autoritários, como o período conhecido por Era Vargas, com um aumento da força política, fechamento de partidos e repressão social em nome da ordem alinhando-se ao império norte-americano em nome do progresso econômico. Logo, neste momento estado novista, as representações do ideal do trabalho, de ordem social, bons costumes, fizeram parte do sonho urbano da Colônia Agrícola Nacional de Goiás - CANG, a configurar-se como sistemas simbólicos, e consequentemente, a constituir parte do discurso da identidade regional. Desta forma, foram compostas as representações simbólicas do mundo real, a definir as características culturais do espaço. As imagens do urbano na Colônia e as imagens da oposição do sonho, a se apresentar na Barranca, apontam os modelos do ideal e ajudam na reflexão do real. A Colônia unificada construiu sua identidade a basear-se no discurso da moral do trabalho e da ordem social. Alimentou essa representação do seu mundo social a partir da rejeição dos valores construídos pelos pioneiros sobre o significado do mundo que existia ‘no outro lado do rio’. A Barranca não era símbolo e representação apenas de uma fronteira geográfica, mas também imaginária, na medida em que evidenciava as diferenças, explicitamente imaginárias, do outro lado do rio. Nesse sentido, a balsa, e mais tarde a ponte, simbolizavam não a união de duas localidades, mas a separação de dois mundos sociais distintos, opostos e complementares. As duas localidades estavam geograficamente próximas, apenas separadas pelo rio, mas representavam visões de mundo bastante diferentes, exemplificada na compreensão dos pioneiros. A emancipação da Colônia ocorreu em 1953 pela lei nº 767 e foi desmembrada das terras do município de Goiás e originou o município de Ceres. O nome seguiu as orientações de Bernardo Sayão, que já havia proposto ‘Ceres’ para o núcleo, que na mitologia latina significa ‘deusa da agricultura’. No mesmo período o povoado de Barranca também se emancipou pelo Decreto-Lei Estadual nº 753, instalando-se como município em 1º de janeiro de 1954. A denominação Rialma, então desmembrado de Jaraguá, é proveniente da junção do nome ‘o rio das Almas’. O núcleo urbano constituído pelas duas sedes municipais tinha, num primeiro momento, a evidente função de servir o campo, não havendo a necessidade de emancipação. Mas a importância eleitoral que representava a região (pela quantidade populacional), fez com que líderes políticos do Estado pressionassem a emancipação para que houvesse um desligamento da influência federal.

Palavras-chave: Autoritarismo; Colônia; Emancipação; Fronteira; Representação; Simbólico.

REFERÊNCIAS

CAPELATO, Maria Helena. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos César (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARONE, Edgar. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1977.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FONSECA, Pedro César Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção (1906-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁸ Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC. Graduando em Direito pela Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FACER/UniEvangélica. E-mail: <isac_fer@hotmail.com>.

⁹ Graduando em Direito pela Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FACER/UniEvangélica. E-mail: <pjcristo@hotmail.com>.

¹⁰ Professor orientador e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Goiás. Coordenador de iniciação científica e monografia do Curso de Direito da FACER/UniEvangélica.

GERTZ, René. Estado Novo: um inventário historiográfico. In: SILVA, José Luís Werneck da (org.). **O feixe e o prisma**: uma revisão do Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

ESTRUTURA DE UM TRABALHO DE PESQUISA CIENTÍFICA

Jennyfer Scarlet Carvalho de Ávila do Carmo¹¹
Mário Felipe Crestani Ramos
Thiago Pedro Landim

RESUMO

A definição do tema e de extrema importância na elaboração da pesquisa, o tema não pode ser muito amplo e nem muito restrito; a parte do mesmo e que se delimita o assunto estabelecendo limites e restrições. Outra parte muito importante e a formulação do problema, o problema que se pretende responder com a pesquisa bem como sua delimitação espacial e temporal. Na forma básica e secundária; elas podem ser explícitas ou implícitas. A parte da justificativa serve para mostrar o porquê da escolha do tema, explica sua relevância, os motivos pessoais e profissionais, que levaram a escolha do tema. Na definição aos objetivos, deve ser usado verbos de ação, como identifica, verifica e descreve; existem dois tipos, os objetivos gerais, aos quais tem uma visão global e abrangente do tema é os específicos que tem um caráter mais específico e concreto. No método de pesquisa se deve claramente definir o que será abordado; a escolha deve ser adequada para que o pesquisador esteja envolvido na elaboração, para ter um bom trabalho. A coleta de dados pretende alcançar objetivos, com a pesquisa e o universo a ser interrogado, um dos métodos de coleta de dados tradicionais é a observação e a entrevista; a observação utiliza-se para a obtenção de dados para determinado fato da realidade, a entrevista e a obtenção de dados, de um entrevistado sobre certo assunto ou problema, a entrevista pode ser padronizada ou estruturada, usando perguntas de questionário ou questão de formulário.

Palavra-chave: Dados; Objetivos; Relevância; Tema.

REFERÊNCIA

HENRIQUES, Antônio. **Monografia no curso de direito**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

¹¹ Graduandos do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER). Pesquisa orientada pelos professores: Gloriete Marques Alves Hilário e Márcio Roberto da Costa Barbosa.

REGIME MILITAR

Eduardo Augusto de Souza Bolentini¹²
Eduardo Dornelas Faria
Higor Gonçalves da Silva

RESUMO

O Regime Militar de 1964 marca uma série de eventos ocorridos em 31 de março de 1964 no Brasil, e que culminaram em uma intervenção militar de no dia 1 de abril de 1964. Essa intervenção teve o intuito de controlar a ameaça comunista e o clima de insegurança que se propagava no país e pôs fim ao governo do presidente João Goulart. Após os militares tomarem o poder, estabeleceram o AI-1 com 11 artigos, que dava ao governo dos militares o poder de modificar a constituição, anular mandatos legislativos, interromper direitos políticos, etc. Castello Branco, general militar, foi eleito presidente da República em 15 de abril de 1964. Em 1967 é elaborada uma nova constituição para o país e nesse mesmo ano o general Arthur da Costa e Silva assume a presidência e durante seu governo foi criado o Ato Institucional Número 5 (AI-5). E foi o mais duro do governo militar, pois aposentou juízes, cassou mandatos e aumentou a repressão militar e policial. Nos anos de 1969 a 1974 o general Emílio Médici é escolhido presidente e seu governo é considerado o mais duro de todos e é chamado de "anos de chumbo", pois houve aumento da repressão e censura. O período que vai de 1969 a 1973 ficou conhecido com a época do Milagre Econômico, pois houve crescimento do PIB e controle da inflação. Durante os anos de 1974 a 1979 com o fim do milagre econômico, o general Ernesto Geisel começa um processo lento de redemocratização do país e em 1978, acaba com o AI-5, restaura o habeas-corpus e abre caminho para a volta da democracia no Brasil. Com o governo de Figueiredo nos anos de 1979 a 1985 é decretada a lei da anistia, e o governo aprova lei que restabelece o pluripartidarismo no país. Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves é escolhido para assumir a presidência, porém falece antes de assumir, assume então o vice-presidente José Sarney e em 1988 é aprovada uma nova constituição para o Brasil.

Palavras-chave: Democracia; Intervenção; Militares.

REFERÊNCIAS

SÓ HISTÓRIA, Ditadura Militar no Brasil - 1964-1985. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/ditadura/>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

¹² Graduandos do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER). Pesquisa orientada pelos professores: Gloriete Marques Alves Hilário e Márcio Roberto da Costa Barbosa.

Ativismo Judicial: Teoria Tripartite

Beatriz Medeiros Silva¹³
José Nilton Rosa Da Silva
Renata Barbosa Calisto
Suzana Gonçalves E Silva
Wanessa Santos E Silva

RESUMO

O **Ativismo judicial** pela primeira vez foi um termo utilizado por americanos, assim se iniciou a origem deste assunto jurídico. Este termo é a forma de interpretar a Constituição Federal de maneira ampla e visando atingir maior alcance do poder judiciário, dando vida a concretização e aos valores da Constituição Federal de 1988. Quando se tem a negligência dos poderes legislativo e executivo, a judicialização toma frente na resolução dos conflitos. Os juízes têm dois ramos de personificação de suas atitudes: expansiva ou conservadora, sendo a expansiva aquela que vai além da Constituição Federal utilizando as fontes do direito para suprir lacunas deixadas pela ausência de leis, onde invade as esferas dos outros poderes tornando-se protagonista entre eles; a atitude conservadora é a qual não interfere nas esferas dos outros dois poderes. Este tema é bastante polêmico, acarretando críticas positivas e negativas. O nosso sistema político foi adotado pela ideia de Montesquieu, dado que há o poder tripartite independente e harmônico. Julgado por alguns, o ativismo judicial tem uma visão que interfere este sistema, sendo colocado como um poder no topo de uma hierarquia criada, onde ele faz uma lei para certos conflitos e também toma decisões, assumindo uma função que não lhe foi designada. Um dos advogados indicados pela ex-presidente Dilma Rousseff ao Supremo Tribunal Federal, especificamente o Dr. Luís Roberto Barroso apresentou sua visão sobre o assunto onde defende que os três poderes devem ser independentes e harmônicos entre si, tanto quanto na teoria como na execução de suas funções de fato. Seguindo sua linha de raciocínio, ele ainda expressa que há somente uma exceção para o ativismo judicial, onde ele deve ter uma ação não pela regra, mas sim tomar frente através da restrição, ou seja, o poder judiciário só deve intervir caso o legislador viole a Constituição Federal.

Palavras-chave: Ativismo Judicial; Constituição Federal; Judiciário.

REFERÊNCIAS

ÂMBITO JURÍDICO. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo_id=8831&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 15 nov. 2016.

ÚLTIMO SEGUNDO POLÍTICA. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-05-24/novo-ministro-do-stf-critica-ativismo-judicial-e-defende-equilibrio-de-poderes.html>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

¹³ Graduandos do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER). Pesquisa orientada pelos professores: Gloriete Marques Alves Hilário e Márcio Roberto da Costa Barbosa.

CORRUPÇÃO, UMA POLÍTICA INTOLERÁVEL?

Adriano Rodrigues Vidigal Silva¹⁴

Carla Luiz de Aguiar

Matheus Fernando da Silva

Márcio Roberto da Costa Barbosa¹⁵

RESUMO

Devemos ter o conhecimento que a Corrupção agregada em nosso país no atual momento não se origina apenas ao setor Político ou da possível história que nos é contada, a qual deriva de um processo de colonização com histórias de corrupção do Governo Português da época. O **monstro** que corroem as entranhas do Brasil é mais extenso do que se imagina, afinal o próprio tem início em nossas casas, no modo em que crescemos e as vezes somos ensinados, para obtermos certas vantagens não obtidas de formas consideradas lícitas. O costume destas práticas aumenta de acordo com o tempo, uma mentira para se livrar de algumas palmadas hoje, no futuro em certos casos pode se tornar uma mentira para se livrar das consequências da Justiça, o péssimo costume de usar alguns hábitos corruptos para conseguir vantagens é um mal progressivo, o qual, cada vez mais as pessoas buscam e isso é o que torna a corrupção tolerável por parte da população em geral. Entretanto o principal mal deixado pela corrupção é a cegueira, sendo que na prática do ato o indivíduo não se enxerga como um corrupto ou corruptor, porém ao se deparar com essa prática exercida por outros, há uma certa indignação do indivíduo ao ver que outros usam de meios corruptos para alcançar determinadas posições. O mal que este **monstro** causa no sistema político é imensurável, levando em consideração o Brasil como República que em seu significado deriva do latim res pública, que pode ser traduzida como assunto público, podemos então pensar que mesmo dando possível origem a corrupção isso não deveria interferir nas políticas pública, porém está é uma questão de bastante complexidade, pelo fato da corrupção na política ser a mais vista, nos perguntamos: os políticos estão fazendo jus ao significado de República como assunto público? Ou a política tem sido um meio para alcançar status pessoal? É completamente palpável a reflexão dos males causados pela corrupção e ainda mais palpável reflexão sobre possíveis soluções para tais males que são infringidos na política do nosso país, cuja resposta é dada e tem início por nós mesmos, dando um basta na corrupção mais próxima de nós.

Palavras-chave: Corrupção; República; Tolerável.

REFERÊNCIAS

SCHILLING, Flávia. **Corrupção ilegalidade intolerável?** Comissões parlamentares de inquérito e a luta contra a corrupção no Brasil (1980-1992). São Paulo: IBCCrim, 1999.

SIGNIFICADOS. Disponível em: < <https://www.significados.com.br/republica/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

¹⁴ Graduandos em Direito na Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER) cursando o 2º período.

¹⁵ Professor Orientador.

O DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS FRENTE AO PROBLEMA DA FOME NO MUNDO

Raimundo Holanda de Almeida¹⁶
Vitor Ordones Fernandes
Vitorugo da Silva Faria

RESUMO

Um dos maiores e mais complicados problemas socioeconômicos atualmente existentes no mundo é a fome. Vivemos em um mundo com uma crescente necessidade alimentar. Um fator que contribui consideravelmente para o agravamento não só desse, mas de vários outros problemas é o desperdício de comida. Estima-se que um terço dos alimentos produzidos no mundo seja jogado no lixo. Este estudo busca compreender por que todo esse desperdício ocorre e onde este é maior na cadeia de produção. Investigará as formas de se combater o desperdício, a fim de se atenuar o problema da fome no mundo. Essa pesquisa é de natureza básica. Faz uma abordagem qualitativa, sendo descritiva em relação ao ponto de vista de seus objetivos. Como procedimento técnico utiliza-se da pesquisa bibliográfica em vários estudos que já abordaram essa questão e uma síntese dos seus resultados. Pelo menos metade do desperdício de alimento no mundo ocorre nas etapas iniciais da sua cadeia de produção. As principais causas dessas perdas estão relacionadas à falta de transporte adequado, ao uso de embalagens impróprias e a não utilização de refrigeração durante o armazenamento. Mudanças simples como o uso de embalagens melhores podem ter um grande impacto na redução das perdas durante o transporte de alimentos. Boa parte desse desperdício também ocorre no momento de sua venda ao consumidor final. É o caso dos produtos fora dos padrões de mercado, como frutas muito pequenas, que têm alguma mancha ou mesmo pequenos amassados, que sem valor de compra, mas em perfeitas condições nutricionais, acabam no lixo. De todas as frutas, legumes e verduras que compramos, na maior parte das vezes não aproveitamos nem sequer a metade, é uma enorme quantidade de cascas, folhas, sementes e talos que tem o lixo como destino certo. Essas partes não só são comestíveis, como podem ser muito nutritivas e saborosas, e o seu aproveitamento se mostra uma ótima opção no combate não só a fome em si, mas até mesmo da desnutrição.

Palavras-chave: Aproveitamento; Desperdício; Nutritivas.

REFERÊNCIAS

DESPERDÍCIO DE COMIDA DESAFIA SOCIEDADE. Disponível em: <Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/02/29/desperdicio-de-comida-desafia-sociedade-moderna>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

EMBRAPA LANÇA GRUPO DE CAIXAS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/3345296/embrapa-lanca-grupo-de-caixas-para-comercializacao-de-hortalicas>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

GONDIM *et al.* Composição centesimal e de minerais em cascas de frutas. **Ciênc. Tecnol. Aliment.**, Campinas, p.825-827, out./dez. 2005.

LUENGO *et al.* Redução de perdas pós-colheita em tomate de mesa acondicionado em três tipos de caixas. **Horticultura Brasileira**, Brasília, n.2, v. 19, p.151-154, jul. 2001.

OLIVEIRA, Lenice Freiman de *et al.* Aproveitamento alternativo da casca do maracujá-amarelo (*passiflora edulis f. flavicarpa*) para produção de doce em calda. **Ciênc. Tecnol. Aliment.**, Campinas, p. 259-262, set./dez. 2002.

SOUZA, Patrícia D. J. *et al.* Análise sensorial e nutricional de torta salgada elaborada através do aproveitamento alternativo de talos e cascas de hortaliças. **Alim. Nutr.**, Araraquara, n.1, v.18, p.55-60, jan./mar. 2007.

¹⁶ Graduando do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER). Pesquisa orientada pelos professores: Gloriete Marques Alves Hilário e Márcio Roberto da Costa Barbosa.

PEC 241: NECESSIDADE OU TENTATIVA DESESPERADA DO GOVERNO EM CONTORNAR A SITUAÇÃO DE UM PAÍS EM PROFUNDA CRISE ECONÔMICA?

Gabriel Santos Oliveira¹⁷
Wênio de lima Amaral
Wilton Teixeira Rodrigues

RESUMO

A proposta do governo é estabelecer uma regra para congelar o valor total das despesas públicas primárias federais nos próximos 20 anos, mantendo o valor real de 2016. A ideia é que os recursos mínimos de áreas como educação saúde cresçam em função da inflação (mantendo o valor real deste ano) e não mais variem conforme a receita (como é a regra vigente). Isso significa que retornando o crescimento econômico em 2 ou 3 anos, ficará mantido o valor mínimo de gastos estabelecidos em 2016, nas áreas de saúde e educação. Em 20 anos, gastaremos menos em saúde em proporção do PIB, o que significa uma redução per capita dada o aumento de usuários do SUS nesse período. Essa solução, em partes, precisa ser modificada e ajustada. Há incompatibilidade da regra geral com as vinculações e indexações existentes hoje. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que garante um salário mínimo a idosos e deficientes que não tenham como se sustentar, a Previdência e o seguro – desemprego são exemplos de gastos que crescem por regras próprias, acima da inflação. Isso não é tratado no texto da PEC. O controle das despesas primárias é uma necessidade no atual cenário fiscal brasileiro. No entanto, essa medida deveria estar associada a outras para que o peso do ajuste não recaísse apenas sobre as classes sociais mais pobres, que são mais dependentes de ofertas de serviços públicos.

Palavras-chave: Educação; Governo; Saúde.

REFERÊNCIAS

JOSÉ ROBERTO CASTRO. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/.../O-que-é-e-quais-são-os-impactos-da-proposta-do-g>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

BRASILIA. Disponível em: <<https://www2.Senado.leg.br/bdsf/item/id/521801>> Acesso em: 07 nov. 2016.

¹⁷ Graduandos do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER). Pesquisa orientada pelos professores: Gloriete Marques Alves Hilário e Márcio Roberto da Costa Barbosa.

COMBATE À CORRUPÇÃO NAS FORMAS DE GOVERNO

Gabriel Santos Oliveira¹⁸
Wênio de lima Amaral
Wilton Teixeira Rodrigues

RESUMO

A corrupção está presente em toda parte do mundo, Maciel Vincenti, em 2016 colaborou com a UOL viagens, fazendo uma pesquisa detalhada em 167 países mais e menos corruptos do mundo, na seguinte pontuação: 01 a 100, o país com a pontuação mais próximo de 100 é o menos corrupto, no ranking de menos corrupto prevalece à Dinamarca com 91, o Brasil está em 76º lugar com 38 pontos. Baseado nesta pesquisa é possível fazer um comparativo entre a Dinamarca e o Brasil. Quanto à forma de governo e como fazem para melhorar neste quesito, a Dinamarca possui um governo Parlamentarista, Monarquia Hereditária, República Unitária, Federação, Democracia Representativa, Monarquia Constitucional, enquanto no Brasil sua forma de governo é Presidencialista, República Federal Democrática. A Dinamarca trata a corrupção com firmeza e rigidez, um exemplo disso: menos regalia aos políticos; pouco espaço para indicar cargos públicos; ampla transparência; polícia confiável e preparada com bom salário; baixa impunidade e mais eficiente; confiança social; ouvidoria forte com poder para resolver a maioria das críticas; empenho constante contra a corrupção. Enquanto no Brasil os políticos têm várias regalias; policiais despreparados e com salários péssimos; pouca transparência. Podemos ver uma ampla diferença entre Brasil e Dinamarca, mas tem exemplos na prática que a corrupção pode ser combatida com êxito, dependendo da intenção de cada governante.

Palavras-chave: Combate; Corrupção; Governo.

REFERÊNCIAS

BBC. Disponível em: <www.bbc.com/portugues/noticias/2016/01/160126_dinamarca_corrupcao_fm_ab.>. Acesso em: 02 nov. 2016.

UOL. Disponível em: <viagem.uol.com.br/.../cansou-da-roubalheira-conheca-os-paises-menos-corruptos.>. Acesso em: 02 nov. 2016.

¹⁸ Graduandos do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER). Pesquisa orientada pelos professores: Gloriete Marques Alves Hilário e Márcio Roberto da Costa Barbosa.

REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO E SEU DESENVOLVIMENTO

Alyne Sanches Silva Morais¹⁹
Bruna Crisley de Oliveira
Eliakin Maciel Cabral da Silva
Guilherme Eduardo Rodrigues Marra

RESUMO

Estamos diante de uma crise, no Brasil, que evidencia as distinções entre Estado e governo: a crise paralisa o governo, mas o Estado e suas instituições de direito continuam funcionando, o sistema das leis, a justiça, o serviço público. A crise mostra, ao menos tempo, que o país precisa de bons governos, isto é, de pessoas e partidos políticos competentes que dirijam o Estado, mas que já dispõe de um Estado democrático dotado de instituições estáveis. E sugere também a importância de um Estado forte e dotado de legitimidade política para fazer frente a crises eventuais. O presente texto pretende analisar os pressupostos e requisitos de um Estado forte, em contexto democrático. Não abordará a dimensão da crise de governo. Parte do pressuposto de que o Estado é o instrumento por excelência de ação coletiva da sociedade, e por isso mesmo, uma instituição fundamental para o desenvolvimento de uma nação. Para o desenvolvimento econômico, as instituições são fundamentais, sendo, naturalmente, a mais importante delas o próprio Estado moderno, na medida em que este é seu instrumento de ação coletiva por excelência. O Estado é um instrumento positivo do desenvolvimento na medida em que estimula o investimento em capital físico e humano, e o progresso técnico e científico, mas pode ser também um empecilho, se, ao invés, suas instituições estabelecerem o privilégio e favorecerem a captura do patrimônio público.

Palavras-chave: Estado; Governo; Progresso.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. PACHECO Regina Silvia. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**, Salvador, 2005.

¹⁹ Graduandos do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER). Pesquisa orientada pelos professores: Gloriete Marques Alves Hilário e Márcio Roberto da Costa Barbosa.

O LEGADO DA DITADURA MILITAR-CIVIL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Danielle Gomes da Silva²⁰
Ramon Porfírio Israel
Rayne Monick Oliveira Moreira
Rizzieri Lemos de Lucena
Solange Conceição Kanae Araújo

RESUMO

A ideia de que a educação era melhor na ditadura pode soar como verdade para alguns, os fatos porém, não parecem confirmar essa tese. Estudos e especialistas apontam que a Ditadura Civil-Militar (1964-1988) deixou marcas profundas na educação brasileira, entre elas, o fortalecimento da educação privada, a segmentação de currículos, a expansão sem qualificação e a arquitetura prisional dos prédios. Práticas e características as quais nos habituamos e que dizem muito sobre o regime militar. O medo das ideias comunistas e dos estudantes universitários, que tinham esses ideais “perigosos”, causaram toda uma política diferente quanto ao ensino e à educação. A eliminação das matérias de Filosofia e Sociologia substituídas pela famosa “Educação Moral e Cívica” e “Organização Social e Política Brasileira” tinham como missão enfatizar o orgulho patriota, o nacionalismo e a reprodução do pensamento autoritário militar. A função da escola foi achatada para a preparação do mercado de trabalho com a implantação de cursos tecnológicos que não se prolongaram. Todo o ensino superior foi reformulado em 1968 e o Ensino Médio em 1971, ambos com o conteúdo de humanas reduzido e referências liquidadas. Não se pode negar que houve um aumento significativo do número de matrículas na educação básica nesse período, mas com poucos recursos e pouca formação docente, sendo que quem já era formado teve o trabalho limitado pela censura fazendo do professor um mero instrutor. Até a arquitetura foi modificada sofrendo decadências decorrente da economia, concebendo a migração da classe média para instituições particulares em que a educação passou a ser vista como um investimento desencadeando a abertura do ensino para iniciativa privada, que serviu para reforçar as desigualdades educacionais, até hoje, um dos grandes desafios a serem superados na educação brasileira. Dado o exposto, a interferência do regime resultou na falta de qualidade, de formação docente e de métodos de ensino e na exteriorização das condições materiais. Marcas da educação controlada que estamos lutando para reerguer, tendo como exemplo a reação da opinião pública às manifestações de rua onde poucos estão abertos ao diálogo, sendo que é necessário enfrentar a complexidade da questão tendo clareza sobre os fatos.

REFERÊNCIAS

GERMANO, José Wellington. Estado militar e educação no Brasil (1964-1985). 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

COMO ERA A ESCOLA NO REGIME MILITAR. Disponível em: <<http://www.educacao.umcomo.com.br/artigo/como-era-a-escola-no-regime-militar-20114.html>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

O QUE A ESCOLA DE HOJE HERDOU DA DITADURA MILITAR. Disponível em: <<http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/nao-se-fez-%E2%80%A8tabula-rasa/>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

QUAL O LEGADO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA? Disponível em: <<http://www.educacao.umcomo.com.br/artigo/comoera-a-escola-no-regime-militar-20114.html>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

²⁰ Graduandos do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER). Pesquisa orientada pelos professores: Gloriete Marques Alves Hilário e Márcio Roberto da Costa Barbosa.

LEITURA E ARGUMENTAÇÃO

Ana Luísa da Silva Rosa²¹
Andressa Oliveira Lourenço
Anna Gabriela Alves Paiva
Jaqueline Souza da Silva

RESUMO

A leitura é muito importante na área da comunicação e é através dela que se realiza o processo de transmissão/aquisição da cultura. O ato de ler é indispensável nos cursos de graduação, é com certeza um ato preciso para o avanço nos estudos. Para ter um bom progresso com a leitura deve-se entender e analisar o que lê, enquanto muitos não estão habituados a encarar a leitura como um processo mais abrangente, e não se empenham em prestar mais atenção na leitura. O fato de aprender a ler não é tão simples como parece, é preciso prática para uma postura crítica e sistemática. Ler exige que o leitor passe por três etapas, as quais são decodificação que consiste apenas na tradução das palavras, inteligência remete à percepção do assunto, ao significado que foi lido e por último a interpretação que baseia-se na continuidade da leitura; com essas etapas ativas a partir de uma boa leitura, será possível que o leitor encontre significados em sua leitura, além de estar descobrindo coisas novas. A leitura pode ser oral ou silenciosa; técnica e de informação; de estudo; de higiene mental e prazer. Um procedimento argumentativo é aquele que leva o produtor do texto a acionar todos os recursos para levar o leitor a crer naquilo que o texto diz. Para ser convincente e persuasivo, um texto argumentativo deve ter somente um objeto e uma só matéria, ou seja, deve ter unidade, é um dos mais importantes recursos argumentativos é a comprovação das teses defendidas com citações de outros textos autorizados, chamados de argumentos de autoridade. Além desses há outros recursos argumentativos que são necessários em um texto para persuadir o leitor. O importante é ter em mente que a argumentação está sempre presente em qualquer texto, e que ela é bem sucedida quando convincente e persuasiva, com uma fundamentação lógica.

Palavras-chave: Comunicação; Interpretação; Técnica.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2005.

MEDEIROS, João Bosco; HENRIQUE, Antônio. **Monografia no Curso de Direito**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

²¹ Graduandos do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER). Pesquisa orientada pelos professores: Gloriete Marques Alves Hilário e Márcio Roberto da Costa Barbosa.

LEITURA E FIXAÇÃO DE TEXTOS

Adriano Rodrigues Vidigal Silva²²
Giselly Lara Naves Bueno
Isabella Carrijo Campos Modesto Souza
Wilton Teixeira Rodrigues

RESUMO

Para uma boa leitura de um texto, podemos utilizar de algumas estratégias que facilitam na fixação de ideia que o texto nos passa, vamos então à algumas delas. Em uma primeira leitura determinamos um objetivo a alcançar, para que possamos escolher bons livros, com o livro ou texto em mãos marcamos algumas expressões como chave, para que possamos hierarquizar as ideias como um esquema o que nos leva a inicializar um resumo contendo as ideias principais que o autor nos passa, um leitor competente reconhece quando um autor termina um discurso ou mensagem central, seja do parágrafo ou capítulo. Podemos também caracterizar a leitura de um texto em quatro níveis: leitura elementar; inspeccional; analítica e sintópica, as quais um bom leitor transita por todas elas a vontade, e para que uma leitura frutuosa seja feita levasse em consideração alguns passos. Dentre eles são: a Visão geral do capítulo, onde o leitor vai observar as seções, subseções, grifos, itálico, também irá procurar o assunto tratado no capítulo e ordem das ideias expostas; Questionamento despertado pelo texto, nesta etapa se faz perguntas sobre o texto e ideias passadas, porém deve-se procurar não responde-las no presente momento; Estudo do vocabulário, aqui se trata de procurar por palavras novas e desconhecidas e após estude os significados de cada uma delas, para que não haja dúvidas quanto a mensagem do autor em seu texto; Linguagem não verbal, se consiste em fotos, mapas e gráficos relacionados ao texto, procure estuda-los e entende-los para uma boa compreensão da menção dada pelo autor; Essência do texto, neste passo identifica-se as ideias principais do texto, se conhece os argumentos do autor, identifica a tesa utilizada e avalia as ideias expostas; Síntese do texto, é o resumo de ideias capitadas do texto, e onde neste momento também se responde as seguintes perguntas: De que se trata o texto? Qual o objetivo? Avaliação, é a parte que cabe a reflexão sobre o texto e o momento de responder as perguntas feitas anteriormente por você mesmo e se avalia o todo do texto.

Palavras-chave: Fixação; Leitura; Texto.

REFÊRÊNCIA

MEDEIRO, João Bosco; HENRIQUE, Antônio. **Monografia no Curso de Direito**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

²² Graduandos do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER). Pesquisa orientada pelos professores: Gloriete Marques Alves Hilário e Márcio Roberto da Costa Barbosa.

DEMOCRACIA ANTIGA E DEMOCRACIA MODERNA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Bruna Nicácio Melo²³
Isabella Araujo Silva
Maria Clara dos Santos
Rayane Mariano

RESUMO

Entender o regime político brasileiro é uma das formas mais oportunas de conhecer o país. Hodiernamente, deciframos a palavra democracia como “governo do povo”. Isso nos leva a compreender que a nossa democracia contemporânea envolve a participação da maioria da população. Essa maioria exclui alguns cidadãos, como os menores de 16 anos de idade, por exemplo, mas o regime não impede nenhum critério religioso, econômico, político ou étnico de exercer o seu direito. Já a visão grega de democracia se desviava da nossa atual noção da palavra. A democracia antiga ou “demokratia”, para os gregos, foi criada para emblemar uma forma de governo em que o conjunto de cidadãos detém a titularidade do comando político. Aqui o encargo de cidadania omitia uma grande parte da população. Nessa época, escravos, mulheres e estrangeiros não podiam participar dos assuntos políticos. Na democracia moderna, adotamos certa “universalidade” onde todos são vistos e tratados iguais perante as decisões políticas. Outra questão substancial de ressaltar é que diferentes dos gregos, inserimos no país uma democracia indireta, representativa, onde as deliberações políticas são decididas por representantes eleitos pelos cidadãos. As necessidades da população são desempenhadas por gestores do poder. Para asseverar uma maior participação popular, existem os referendos e plebiscitos, permitindo que os cidadãos votem em prol ou em oposição a temas de relevância pública. Já os gregos, com sua democracia direta, não elegiam representantes, mas se congregava para debater temáticas de interesse genérico e tomavam medidas para a comunidade. Por isso era aceito a exclusão das partes. Em relação aos escravos, era considerado que estes não tinham aptidão intelectual basilar para o exercício da política. Quanto aos estrangeiros, era reconhecido que uma pessoa não associada aos mesmos costumes de determinada polis não tinha compreensão para escolher o que era o mais satisfatório para os mesmos. E a supressão feminina se dava pela “inferioridade natural” que era uma percepção adotada na época. Embora, as ideias de democracia grega se declaram princípio da democracia moderna, os pareceres e idealizações de ambas se distanciam com visões radicalmente opostas. Logo, se analisarmos, diante do cenário em que foram instauradas as democracias antiga e moderna, pode perceber o porquê de certos costumes e princípios, mas se comparar estas democracias lado a lado, fica destacado a mudança que o significado “governo do povo” percorreu em razão da história da humanidade.

Palavras-chave: Cidadãos; Democracia; Poder.

REFERÊNCIAS

SUA PESQUISA. **Democracia**. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/religiao/sociais/democracia.htm> >. Acesso em: 8 nov. 2016.

²³ Graduandos do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER). Pesquisa orientada pelos professores: Gloriete Marques Alves Hilário e Márcio Roberto da Costa Barbosa.

O FEDERALISMO NA ATUAL CONJECTURA DO MUNDO COM ÊNFASE AO CASO DO BRASIL

Luis Fernando dePaula²⁴
Matheus Matias de Oliveira
Raimundo Holanda de Almeida
Vitor Ordones Fernandes
Vitorugo da Silva Faria

RESUMO

A federação é uma forma de estado composto na qual unidades políticas se unem para a formação de um único estado. Essas unidades federativas abrem mão de sua soberania, mas em troca mantêm uma considerável autonomia que não teriam em um Estado Unitário, por mais descentralizado que esse fosse. Essa união é estabelecida através de uma constituição. O exemplo mais clássico do êxito desse tipo de união são os Estados Unidos da América. Contudo há os que entendem que o federalismo no mundo de hoje está com os seus dias contados. O presente estudo tentará compreender quais os rumos do federalismo na atual conjuntura mundial e quais serão as novas características que este assumirá para se adaptar as novas realidades. Através da revisão bibliográfica de obras referentes ao assunto serão adquiridas informações para o delineamento do trabalho, sendo esta uma pesquisa qualitativa, constituída como descritiva em relação ao ponto de vista de seus objetivos. O que fica claro é que o que está em crise não é o federalismo em si, mas uma forma deste. O mundo de hoje não é igual ao daquele que havia quando o federalismo americano foi criado, e o mesmo se pode dizer em relação ao Brasil. O federalismo teve que mudar para se adaptar a esse novo mundo. Em relação ao nosso país isso fica ainda mais evidente. A Constituição de 1988 trouxe novas concepções ao nosso federalismo. Ainda que o sistema se manteve consideravelmente centralizado, revolucionou ao elevar o município ao status de ente federativo. Também valoriza o conceito de região, fazendo menção a esta em vários artigos e até reservando-lhe uma seção própria. Tudo isso deixa claro que o federalismo ainda terá longa vida nesse século.

Palavras-chave: Conjectura; Federalismo; Município; Região.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 04 nov. 2016.

SANTIN, Janaína Rigo; FLORES, Deborah Hartmann. A evolução histórica do município no federalismo brasileiro, o poder local e o estatuto da cidade. **Justiça do Direito**, Passo Fundo, n.1, v.20, p.56-69, 2006.

²⁴ Graduandos do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER). Pesquisa orientada pelos professores: Gloriete Marques Alves Hilário e Márcio Roberto da Costa Barbosa.

O movimento LGBT (lésbicas, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSGÊNEROs) E A REPERCUSSÃO NO ÂMBITO JURÍDICO

Danielle Gomes da Silva²⁵
Ramon Porfírio Israel
Rayne Monick de Oliveira Moreira
Rizzieri Lemos de Lucena
Solange Conceição Kanae Araújo

RESUMO

Os movimentos sociais são imprescindíveis, pois são responsáveis por mudanças culturais e jurídicas; e dentre os diversos movimentos desencadeados no Brasil, o movimento LGBT tem ganhado grande visibilidade. Apesar de sua trajetória histórica, uma série de discussões tem crescido em volta dessa temática, como por exemplo: a reivindicação de suas garantias. O movimento LGBT chega ao Brasil no final dos anos 70, tendo como finalidade a luta pelo combate à homofobia e a uniformidade de direitos. A partir de então, houve protestos e o surgimento de grupos que defendiam os objetivos dos homossexuais, além de incentivar a integração de novos militantes, fazendo com que o movimento adquirisse um caráter revolucionário. Nos anos entre 1981 e 1985 o Grupo Gay da Bahia, toma a frente de uma campanha de nível nacional para que a homossexualidade fosse retirada como doença do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). Porém, apenas em 1985, através de abaixo assinado o grupo consegue despatologização da homossexualidade. Com a elaboração de projetos de lei em prol da comunidade LGBT, cria-se a ideia de sujeitos de direitos; e reconhecê-los como tal, faz com que o Estado passe a apoiar financeiramente as organizações ativistas. Desde então, as políticas de direitos humanos começaram a articular sobre o tema, até que em 2004 é criado o programa Brasil sem Homofobia, que passou a contribuir com propostas de políticas públicas, de forma que projetos como a legalização da união homoafetiva, direitos à adoção e o uso do nome social, fossem criados. Embora com a abertura social para caracterizá-los como indivíduos de direitos, e pela trajetória progressista percorrida pelo grupo LGBT; é possível presenciar nos dias de hoje atitudes homofóbicas que estão totalmente ligadas ao pensamento conservador e preconceituoso da sociedade. Resultando-se por fim, a exposição de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, a uma situação de descumprimento dos direitos humanos. Percebe-se então, que o grupo LGBT encontra-se em situação de vulnerabilidade, e as causas da violação de seus direitos ocorrem por diversas motivações. Por essa razão as agências das Nações Unidas e o ACNUDH (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos) realizam diferentes programas para combater a violência e a homofobia. De fato, as organizações e as instituições realizam iniciativas e projetos para conscientizar a população, a fim de atenuar a violência contra os LGBT's, porquanto acabar com a homofobia é um desafio árduo, mas é possível desde que haja o cumprimento efetivo das leis que garantem a igualdade de gênero e dignidade da pessoa humana. Deste modo, as organizações supracitadas usam de mecanismos para difundir informações a respeito do assunto, pois informação gera conhecimento; e através do conhecimento abre-se a mente para compreender e respeitar as transformações no espaço social.

Palavras-chave: direitos; homofobia; homossexuais.

Referências

DICYT. Agência Iberoamericana Para La Difusión De La Ciencia Y La Tecnología. **Enfrentamento e violência no caminho LGBT pela conquista de direitos**. Disponível em <<http://www.dicyt.com/noticia/enfrentamento-e-violencia-no-caminho-lgbt-pela-conquista-de-direitos>>. Acesso: 10 nov. 2016.

FACCHINI, Regina. **Histórico da luta de LGBT no Brasil**. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernostematicos/11/frames/fr_historico.asp>. Acesso em: 10 nov. 2016.

ONUBR. Organização das Nações Unidas do Brasil. **Livres e Iguais**. Disponível em <<http://nacoesunidas.org/campanha/livreseiguais/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

²⁵ Graduandos do 2º período do Curso de Direito da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (FACER). Pesquisa orientada pelos professores: Gloriete Marques Alves Hilário e Márcio Roberto da Costa Barbosa.

Silva, Luciana Bessa. **Movimento LGBT**: Breve Contexto Histórico e o Movimento na Região do Cariri. Disponível em: <http://WWW.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17121-08072013-173342.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.